

RECURSO ESPECIAL Nº 1.646.516 - ES (2016/0336932-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : JOSE PESSOA FILHO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTRO(S) - RJ106445

DESPACHO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

EMBARGOS À EXECUÇÃO. SFH. NULIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL. INOCORRÊNCIA. CONTRATAÇÃO DE SEGURO. LEGITIMIDADE. QUITAÇÃO DA DÍVIDA PELO FCVS. INAPLICABILIDADE. ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO ANTERIORMENTE À AMORTIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. INSCRIÇÃO DO DEVEDOR EM CADASTRO RESTRITIVO. CABIMENTO. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1 - As formulações contidas nos itens "4" e "6", relacionadas à utilização do PES e à Tabela Price não foram enfrentadas na sentença, bem como não foram alegadas na inicial dos presentes embargos à execução. Constituem-se, assim, em inovação indevida em sede recursal, que não se admite no sistema processual pátrio.

2 - Não procede a irresignação recursal, no que se refere à alegação de nulidade do processo pela citação por edital. Não houve nulidade na citação por edital realizada nos autos. O art. 231 do CPC autoriza a citação por edital quando desconhecido ou incerto o réu, ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar, ou, em outros casos expressos em lei. O art. 232, I, por sua vez, estabelece como requisito a afirmação do autor ou a certidão do oficial quanto às circunstâncias previstas nos ns. I e II do artigo antecedente. Esse requisito foi devidamente cumprido, porquanto o Oficial de Justiça certificou desconhecer o paradeiro do réu.

3 - Igualmente não prospera a alegação de ilegitimidade na contratação do seguro. Não se discute que o CDC é aplicável às instituições financeiras, conforme, há muito, consolidou-se na jurisprudência pátria, mas a securitização é obrigatória, no âmbito do S.F.H., A imposição da contratação de seguro nos contratos habitacionais firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação foi instituída pela Lei 4.380/64 (art. 14), bem como no parágrafo único

do art. 2º da Lei 8.692/93. O valor e as condições do seguro habitacional são previstos no contrato, de acordo com as normas editadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP -, órgão responsável pela fixação das condições gerais e limites das taxas de seguro.

4 - No que se refere à quitação da dívida pelo FCVS, a simples leitura do dispositivo invocado no arrazoadado recursal faz verificar que não é o caso de sua aplicação ao débito em questão. Com efeito, dispõe o artigo 3º, da Lei 8.100/90: "Art. 3º O Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS quitará somente um saldo devedor remanescente por mutuário ao final 410 do contrato, exceto aqueles relativos aos contratos firmados até 5 de dezembro de 1990, ao amparo da legislação do SFH, independentemente da data de ocorrência do evento caracterizador da obrigação do FCVS." Conforme se verifica, o dispositivo refere-se a quitação de saldo devedor remanescente, entendido como residual. Na execução correlata, o Embargante está inadimplente com o pagamento das prestações do contrato de mútuo, e a cobertura em questão visa a cobrir eventual saldo devedor existente após a extinção do contrato.

5 - No que se refere ao contido no item "5" do exposto no Relatório, a irresignação não prospera. Sobre a legitimidade da atualização do débito antes da amortização, existe Súmula a respeito, do Superior Tribunal de Justiça ("Nos contratos vinculados ao SFH, a atualização do saldo devedor antecede sua amortização pelo pagamento da prestação." (Súmula n. 450/STJ)).

6 - Melhor sorte não assiste ao apelante, no que se refere ser descabida a inscrição do devedor em cadastro restritivo de crédito, uma vez que não se encontram presentes os seus pressupostos impeditivos de tal prática. No caso presente, não há notícia da existência de ação judicial em que o tomador do crédito tenha buscado a revisão de cláusula contratual reputada como abusiva. "..EMEN: AGRADO REGIMENTAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL - SFH - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - NÃO-OCORRÊNCIA - ARTS. 421, 478 E 480 DO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - MANUTENÇÃO DA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF - VEDAÇÃO DE INCLUSÃO DO NOME DO CONSUMIDOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO -

IMPOSSIBILIDADE - AGRAVO IMPROVIDO. (...) 3. "O pedido em procedimento judicial que busca o cancelamento ou a abstenção da inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito (SPC, CADIN, SERASA e outros) deve ser deferido com cautela, ao prudente arbítrio do juiz, sendo indis pensável a existência de prova inequívoca ou da verossimilhança do direito alegado, ou ainda, da fumaça do bom direito, consubstanciados na presença concomitante de três elementos: a) a existência de ação proposta pelo devedor, contestando a existência integral ou parcial do débito; b) a efetiva demonstração de que a cobrança indevida se funda em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) o depósito do valor referente à parte incontroversa do débito ou que seja prestada caução idônea" (REsp 527618/RS, 2º Seção, Rel. Min. César Asfor Rocha, DJ 24.11.2003). 4. Agravo regimental improvido. ..EMEN: (AGRESP 200703083562, MASSAMI UYEDA, STJ - TERCEIRA TURMA, DJE DATA:13/06/2008 ..DTPB:.)

7 - Apelação de JOSE PESSOA FILHO, representado pela DPU - Defensoria Pública da União, desprovida.

Anoto que esta Corte possui entendimento no sentido de que, presente cláusula contratual de comprometimento do FCVS, caso destes autos, a competência para julgamento do recurso é da Primeira Seção. Confira-se:

PROCESSO CIVIL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. POSSÍVEL COMPROMETIMENTO DO FCVS. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. PEDIDO DE INTERVENÇÃO DA CEF. JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA 150/STF.

(...)

2. Nos processos em que possa haver comprometimento dos recursos do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, a competência para julgamento é das Turmas integrantes da Primeira Seção. Precedentes: CC 121.499/DF, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corte Especial, julgado em 23/4/2012, DJe 10/5/2012; CC 36.647/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Corte Especial, DJ 22/3/2004, p. 186; CC 132.728/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin,

Superior Tribunal de Justiça

Primeira Seção, julgado em 26/11/2014, DJe 19/12/2014; AgRg no CC 132.745/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 11/3/2015, DJe 27/3/2015.

(...)

(REsp 1607242/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2016, DJe 11/10/2016)

Em face do exposto, redistribuam-se os presentes autos a um dos Ministros que compõem a Primeira Seção desta Corte.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora